

1. Informações gerais sobre o Grupo

1.1 Controladas e Coligadas

A GPC Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. ("GPC Química") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. Em maio de 2016 foi concluída a transferência da unidade de Gravataí/RS para o site de Araucaria/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros. Em novembro de 2016 foi efetivada a venda da unidade de metanol.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo Tubos") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. ("Apolo Tubulars") - sociedade anônima de capital fechado, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás. Em dezembro de 2017 a Apolo Tubulars recomprou 50% de suas ações pertencentes a US Steel, passando a Apolo Tubos a deter 100% do capital da Cia.

Com a recompra de ações é estimado que Grupo obtenha ganho de escala, redução de custos através de sinergias e diversificação e ampliação do seu mercado de atuação

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor") – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – ("Copenor") sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

1.2 Recuperação Judicial

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações

em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses do prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da "UPI Terreno Benfica.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dívidas concursais foram:

- Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;
- Classe II – 2 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;
 - Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a.
- Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda

nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

- Classe III – 3 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.
 - Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.
 - Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

É oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter readequado suas operações, realizando expansões no setor de maior demanda (resinas para indústria de madeira) e reduzindo sua estrutura no setor onde houve retração significativa da demanda em razão do cenário econômico adverso (setor de aço).

1.3 Operação Lava Jato – Apolo Tubulars S.A. (“Apolo Tubulars”)

Investigação Independente

Em maio de 2016 foi dado cumprimento na sede da Apolo Tubulars ao mandado de busca e apreensão expedido no âmbito de medidas cautelares requeridas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) no contexto da denominada “Operação Lava Jato”, que teve por objetivo apurar supostas irregularidades cometidas nos contratos celebrados com a Petrobras. O mandado de busca e apreensão cumprido na sede da Apolo foi expedido com o objetivo de obter evidências sobre pagamentos ilícitos efetuados a empresas envolvidas na “Operação Lava Jato”.

Em novembro de 2016 a Administração da Apolo Tubulars deliberou pela realização de investigação independente (“Investigação Independente”) com o objetivo de realizar ampla apuração da pertinência das alegações aduzidas na “Operação Lava Jato”. Em novembro de 2016, a Administração da Apolo Tubulars aprovou a contratação da empresa de consultoria especializada para conduzir a Investigação Independente.

Metodologia da Investigação Independente

A Investigação Independente seguiu a metodologia tradicionalmente utilizada para este tipo de trabalho. Dentro da metodologia estabelecida pela empresa de consultoria para a Investigação Independente, os assessores fixaram os seguintes escopos para a Investigação Independente: (i) os fatos relacionados à “Operação Lava Jato” (“Escopo 1”); (ii) os fatos informados pela Apolo à empresa de auditoria relacionados aos

pagamentos realizados ("Escopo 2"); e (iii) os fatos relacionados aos investimentos realizados pela Apolo.

A análise dos documentos foi dividida em 3 (três) etapas:

Conclusões da Investigação Independente

Em abril de 2017, a empresa de consultoria realizou apresentação à Administração da Apolo Tubulars sobre as conclusões da Investigação Independente, quanto a cada um dos Escopos da Investigação Independente:

(i) Escopo 1: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que as alegações relacionadas a "Operação Lava Jato" têm fundamento.

(ii) Escopo 2: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que os pagamentos feitos a empresas relacionadas ao Sr. Julio Gerin de Almeida Camargo estariam relacionados a obtenção de vantagens junto à Petrobras.

A Administração da Apolo Tubulars, após receber as conclusões da investigação, acatou a recomendação da empresa de consultoria para apresentar o resultado para os auditores independentes e para realizar a divulgação das conclusões desta investigação por meio das demonstrações contábeis.

Absolvição no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato"

Os Srs. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares (Acionista Indireto) e Carlos Eduardo de Sá Baptista (ex-Diretor Presidente) foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato", mas em sentença proferida em 8 de março de 2017, nos autos da ação penal n.º 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba, o Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e o Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista foram absolvidos de todas as acusações a eles imputadas na referida denúncia.

Em 29 de maio de 2017, o MPF interpôs pedido de recurso de apelação apresentando fundamentações contrárias à decisão de absolvição do Acionista Indireto e Diretor Presidente da Companhia. Os representantes jurídicos dos mesmos apresentaram em 19 de junho de 2017 contrarrazões ao recurso de apelação do MPF.

Em 2018, a 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 4ª Região votaram, por unanimidade, pela manutenção da sentença em que absolve os Srs Carlos Eduardo e Paulo Cesar de todas as imputações formuladas pelo Ministério Público Federal.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2017, exceto pela mudança descrita na Nota 2.7, em referencia a compensação de ativos e passivos financeiros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, reavaliado no caso de determinados ativos, incluindo Imobilizado e Ativos destinados a venda.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4);
- Provisão para contingências (Nota 14);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 10);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 10 e 11);

2.3 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia, considerando que:

- No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, não houve aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou perdas nos investimentos mantidos ao custo amortizado.
- Em relação aos passivos financeiros, a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pelo Grupo.
- O Grupo não adota a contabilidade de hedge.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)

Essa nova norma trouxe os princípios para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida, sendo que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia.

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

De acordo com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais,

podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A avaliação da Companhia de todos impactos da nova norma está em andamento. A avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

2.4 Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.5 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos

rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Conforme Nota 2.1, determinadas transações de desconto de títulos a receber de clientes, no montante de R\$ 24.945, passaram a ser apresentadas como “passivos financeiros” (Nota 13) e não como redutoras do saldo de “contas a receber”, sendo os ativos e passivos financeiros compensados apenas quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, quando o direito legal não é contingente a eventos futuros, inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa” são revertidos contra a perda constituída.

2.9 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	12 anos
Máquinas/instalações industriais	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13 Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14 Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos

negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 14.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações

contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Lucro (Prejuízo) líquido por ação

Lucro (prejuízo) líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos				
Caixa	2	2	73	35
Banco do Brasil	-	-	126	265
Banco Bradesco S/A	-	-	8	2
Banco Itau S/A	1	1	3.031	849
Banco Banrisul S/A	-	-	-	7
Banco Daycoval S/A	-	-	3.267	98
Banco BBM S/A	-	-	2	4
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	2	2
Caixa Econômica Federal	-	-	22	18
Banco Prosper	-	-	16	16
Banco Safra S/A	-	-	6	49
Banco Santander	-	-	6	6
Banco Panamericano S/A	-	-	20	16
Lecca CFI S/A	-	-	254	36
Banco Wells Fargo	-	-	681	6.979
Outros	-	108	35	145
Total de Caixa e Bancos	3	111	7.549	8.527
Aplicações Financeiras				
Banco Neon S/A	-	-	-	1.249
Banco Bradesco S/A	-	-	3.418	3.638
Banco Daycoval	-	-	1.514	-
Banco Itau S/A	-	-	4.506	1.470
Caixa Econômica Federal	-	-	5.293	4.173
Total de Aplicação Financeira	-	-	14.731	10.530
Total de Caixa e Equivalentes de caixa	3	111	22.280	19.057

4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Cientes no exterior	4.157	5.940
Cientes no país	100.844	86.021
Factoring's	(24.311)	(27.320)
Lecca SFI S.A.	(1.173)	(1.207)
Redfactor Factoring S.A.	(9.866)	(7.667)
Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A	-	(1.474)
KS Fomento Merc S/A	(5.723)	(249)
SMR Asset	-	(1.441)
Banco Daycoval	-	(924)
Banco Athena	-	(5.672)
Valor	-	(1.336)
Goal Capital	(239)	
Grupo Sifra	(7.310)	(7.350)
Ajuste a valor presente	(151)	(201)
PECLD	(10.324)	(10.735)
	70.215	53.705

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto conforme tabela abaixo :

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	64.815	49.487
Vencidos ate 90 dias	3.708	4.364
Vencidas 91 a 180 dias	964	424
Vencidas 181 a 365 dias	1.405	1.141
Vencidas a mais de 365 dias	9.646	9.024
	80.539	64.440
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(10.324)	(10.735)
	70.215	53.705

As Controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2017	10.735
(+) Complemento de PECLD	1.319
(-) Reversão de PECLD	(1.730)
Saldo em 30/09/2018	10.324

5. Estoques

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Matérias-primas e embalagens (a)	18.481	15.968
Produtos em elaboração	11.288	9.441
Produtos acabados (b)	34.804	18.174
Almoxarifado de manutenção e reposição	7.256	6.036
Importações em andamento	6.896	2.308
Estoque próprio em poder de terceiros	10.119	10.154
Estoque de terceiros (c)	3.629	2.507
Catalisadores	1.128	441
Outros estoques	128	1.967
(-) Provisão p/perdas (d)	(3.270)	(2.015)
	90.459	64.981

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos.
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade).
- (c) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais.
- (d) Refere-se a provisão com perdas no estoque das empresas consolidadas.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
PIS/COFINS	-	-	6.120	4.249
IPÍ	-	-	2.634	4.342
ICMS	-	-	3.079	3.997
IRPJ e CSLL	-	-	11.427	6.001
IRRF	2.146	2.362	5.352	8.858
OUTROS	30	30	3.509	2.640
	2.176	2.392	32.121	30.087

(-) Circulante **490** 2.362 **24.723** 28.593

Não circulante **1.686** 30 **7.398** 1.494

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	3.638	3.800
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
TTC Logística	402	-
	5.689	5.449
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	3.638	3.800
Créditos a receber – Polwax	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.652
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (b)	43.183	60.744
	51.613	69.336
(-) Provisão para perdas	(2.170)	(2.170)
	49.443	67.166

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente pela GPC Química. Até 30 de junho de 2018 foram recebidas oito parcelas referentes aos créditos da União Federal, sendo a última recebida em 11 de dezembro de 2017 no montante de R\$3.082, o saldo existente corresponde a duas parcelas de R\$ 3.638 (uma parcela no longo prazo e uma no curto prazo).

O crédito de Camaçari, a GPC Química recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564. Os saldos estão de acordo com documento expedido pelo Tribunal Federal da 1ª Região.

- (b) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, direitos creditórios resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”) e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos.

Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Em Novembro de 2017 a Companhia recebeu a quantia de R\$ 19.315 referente ao crédito MC Kinlay.

A Administração da GPC Química, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certa”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 30 de setembro de 2018.

8. Bens destinados a venda

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 previa que o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860, apresentado como bens destinados a venda no Ativo circulante, fosse destinado ao pagamento dos credores. O aditivo ao Plano aprovado em outubro de 2016 estabeleceu um fluxo de pagamento aos credores, em função disso, o valor do terreno foi reclassificado para o Ativo não circulante. No caso de ocorrer a venda o valor será ser revertido para pagamento do saldo do credor garantidor.

Em maio de 2016 foi realizada pela empresa Cushman&Waakefield nova avaliação de mercado, onde a conclusão para o valor dos imóveis para venda é de R\$ 240.882.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” uma provisão para perda na ordem de R\$ (171), os gastos com a venda do terreno na ordem de R\$ 384 e os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido é de R\$ 193.

Composição dos Bens para Venda	
Rio de Janeiro - RJ	Valor R\$ (mil)
Terrenos	205.860
Gastos com venda terreno	384
	206.244
Uberaba - MG	
Caminhões	3.013
(-) Fretes	(2.510)
	503
(-) Provisão p/perdas	(171)
Saldo final em 30/09/2018	206.576

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Participações em empresas controladas	145.716	142.872	-	-
Participações em empresas coligadas				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	667	645
Metanor - Metanol do Nordeste	5.656	4.330	11.081	8.971
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	4	3	113	98
Outros investimentos	-	-	35	35
	151.376	147.205	11.896	9.749

9.1 Mutações nos investimentos durante o período

2018 - CONTROLADORA					
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
Saldo em 31/12/2017	18.005	124.868	4.329	3	147.205
Equivalência patrimonial (Resultado)	620	8.105	1.327	1	10.053
Dividendos a Receber	-	(5.978)	-	-	(5.978)
Outros	-	96	-	-	96
Saldo em 30/09/2018	18.625	127.091	5.656	4	151.376

2018 - CONSOLIDADO					
	Apolo Comercio Import/Export	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Outros	Total
Saldo em 31/12/2017	645	8.971	98	35	9.749
Equivalência patrimonial (Resultado)	22	2.110	15	-	2.147
Saldo em 30/09/2018	667	11.081	113	35	11.896

Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 30 de setembro de 2018

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	33.135	140.095	32.365
Lucro (Prejuízo) do exercício	1.104	8.934	4.666
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	620	8.105	1.328

10. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Terrenos		-	-	6.098	6.098
Imóveis	2 a 8	290	290	58.442	58.290
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	325.591	318.608
Móveis e utensílios	10	189	189	3.618	3.534
Veículos	20	-	-	2.042	1.941
Computadores e periféricos	20	83	83	6.986	6.822
Imobilizações em andamento	-	-	-	15.493	13.328
Outros	-	-	-	577	564
		562	562	418.848	409.185
Depreciação acumulada		(455)	(427)	(155.447)	(142.740)
		107	135	263.401	266.445

CONTROLADORA									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	290	-	189	-	83	-	-	-	562
Saldo em 31/12/2017	290	-	189	-	83	-	-	-	562
Saldo em 30/09/2018	290	-	189	-	83	-	-	-	562
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	(152)	-	(156)	-	(79)	-	-	-	(387)
Adições	(28)	-	(9)	-	(3)	-	-	-	(40)
Saldo em 31/12/2017	(180)	-	(165)	-	(82)	-	-	-	(427)
Adições	(23)	-	(5)	-	-	-	-	-	(28)
Saldo em 30/09/2018	(203)	-	(170)	-	(82)	-	-	-	(455)
Valor Líquido									
Em 30 de setembro de 2018	87	-	19	-	1	-	-	-	107
Em 31 de dezembro de 2017	110	-	24	-	1	-	-	-	135

CONSOLIDADO									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	26.519	166.359	2.727	1.175	4.419	555	5.233	20.986	227.973
Aquisições	5	971	47	192	142	35	-	3.399	4.791
Juros s/obras em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(23)	(2)	(43)	(2)	(26)	-	(907)	(1.003)
Transferências	46	9.984	(3)	-	318	-	-	(10.345)	-
Saldo em 31/12/2017	26.570	177.291	2.769	1.324	4.877	564	5.233	13.133	231.761
(+) Saldo da Apolo Tubular´s em 31/12/2017 (*)	31.720	101.778	765	617	1.945	-	865	195	137.885
(+) Mais valia Apolo Tubulars	-	39.539	-	-	-	-	-	-	39.539
Saldo em 31/12/2017	58.290	318.608	3.534	1.941	6.822	564	6.098	13.328	409.185
Aquisições	66	1.603	95	101	185	41	-	11.161	13.252
Baixas	-	(323)	(7)	-	(49)	(27)	-	(3.183)	(3.589)
Transferências	86	5.703	(4)	-	28	-	-	(5.813)	-
Saldo em 30/09/2018	58.442	325.591	3.618	2.042	6.986	577	6.098	15.493	418.848
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	(8.220)	(57.152)	(2.349)	(853)	(4.070)	(170)	-	-	(72.814)
Aquisições	(1.058)	(10.116)	(64)	(77)	(181)	(8)	-	-	(11.504)
Juros s/obras em andamento	-	(324)	-	-	-	-	-	-	(324)
Baixas	-	1	1	41	-	-	-	-	43
Saldo em 31/12/2017	(9.278)	(67.591)	(2.412)	(889)	(4.251)	(178)	-	-	(84.599)
(+) Saldo da Apolo Tubular´s em 31/12/2017	(15.867)	(39.967)	(488)	(520)	(1.299)	-	-	-	(58.141)
Saldo em 31/12/2017	(25.145)	(107.558)	(2.900)	(1.409)	(5.550)	(178)	-	-	(142.740)
Aquisições	(1.352)	(10.282)	(84)	(116)	(311)	(5)	-	-	(12.150)
Juros s/obras em andamento	-	(605)	-	-	1	-	-	-	(604)
Baixas	-	-	4	-	43	-	-	-	47
Saldo em 30/09/2018	(26.497)	(118.445)	(2.980)	(1.525)	(5.817)	(183)	-	-	(155.447)
Valor Líquido									
Em 30 de setembro de 2018	31.945	207.146	638	517	1.169	394	6.098	15.493	263.401
Em 31 de dezembro de 2017	33.145	211.050	634	532	1.272	386	6.098	13.328	266.445

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicadores de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Foram transferidos para o grupo de máquinas e equipamentos os projetos de ampliação da planta de Araucária e adequações ao meio ambiente em Araucária e Uberaba que haviam sido encerrados até o mês de Junho/17.

No mês de Maio/2018 foi baixado para perda um projeto de investimento que não foi aproveitado no montante de R\$ 2.994, referente a Planta de Itapetininga, localizada em São Paulo.

(*) Mais valia no imobilizado da Apolo Tubulars considerado na consolidação com a Apolo Tubos.

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	30.121	30.121
Marcas e patentes	-	-	259	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	936	936
Outros	-	1	181	239
Amortização acumulada	-	-	(30.746)	(30.745)
	-	-		
	-	1	751	810

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores Concursais - Classe III				
Opção B - Nacionais	-	-	16.989	16.916
Fornecedores Extraconcursais				
Nacionais	111	103	20.409	15.475
Estrangeiros	-	-	6.284	2.923
	111	103	43.681	35.314
Circulante	111	103	28.070	19.275
Não Circulante	-	-	15.611	16.039

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial estão sendo pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na Nota 1.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Em moeda nacional - (Concursais)	31.315	31.180	77.575	84.696
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. (Extraconcursais)	-	-	33.346	18.749
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	32.552	28.356	32.552	28.356
Antecipação de Recebíveis	-	-	22.195	-
	63.867	59.536	165.668	131.801
Circulante	5.167	3.798	71.276	38.613
Não Circulante	58.700	55.738	94.392	93.188

Empréstimos em moeda nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na Nota 1, foi aprovado, em outubro de 2016, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a tabela a seguir.

Em moeda Nacional (Concursais)	30/09/2018	31/12/2017
<u>Classe II</u>		
<u>Opção A</u>		
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	8.622	13.438
<u>Opção B</u>		
Banco HSBC	16.209	17.565
Caixa Economica Federal	9.426	6.800
Banco Banrisul	5.734	6.214
<u>Classe III</u>		
<u>Opção B</u>		
Postalís Inst. Seg. Social dos Correios (CCB's - 186/10 - 313/10 - 167/11)	31.316	31.180
Banco Cruzeiro do Sul	2.289	2.280
<u>Opção C</u>		
Banco HSBC	2.053	2.217
<u>Apoiadores</u>		
Banco Bic Banco	-	601
Banco Daycoval	532	864
Banco Safra	330	599
Banco Panamericano	411	1.337
Banco BBM	395	1.286
BTG Pactual	258	315
Total	77.575	84.696

Em moeda Nacional (Extraconcursais)	30/09/2018	31/12/2017
Banco Daycoval	15.793	7.000
Banco Safra	-	87
Redasset Factoring	4.251	-
Athena Banco	1.000	1.000
Grupo Sifra	3.755	3.237
Lecca	2.218	3.408
Banco Intercap	-	212
KS Fomento	2.750	-
Outros	3.579	3.805
Total	33.346	18.749

Antecipação de Recebíveis	30/09/2018	31/12/2017
SMR Asset	8.475	-
Athena Banco	8.786	-
Grupo Sifra	4.934	-
Total	22.195	-

13.1 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 30 de setembro de 2018, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Em moeda Estrangeira (Concursais)	30/09/2018	31/12/2017
Credor Garantidor		
IFC	32.552	28.356
Total	32.552	28.356

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

GPC Participações

Saldo em 31/12/2017	28.356
Pagamentos	(1.601)
Variação Cambial	5.797
Saldo em 30/09/2018	32.552

14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2017	Adições	30/09/2018	31/12/2017	Adições	Reversões	30/09/2018
Trabalhista e Previdenciário	55	147	202	6.209	419	-	6.628
Previdenciário	-	-	-	317	-	-	317
Pis	852	1	853	10.424	362	(208)	10.578
Cofins	3.945	5	3.950	48.562	1.718	(961)	49.319
Outros (*)	1.589	-	1.589	39.603	160	(352)	39.411
	6.441	153	6.594	105.115	2.659	(1.521)	106.253

(*) Dentro da rubrica de outros estão registrados causas cíveis e honorários referentes ao Plano de Recuperação Judicial.

Natureza dos casos

Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por ex-empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

Processos tributários

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 30 de setembro de 2018 da obrigação legal de R\$ 4.718, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS, cujos valores foram depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 45.566 até 30 de setembro de 2018 e também depositam judicialmente os valores de PIS e COFINS s/a receita financeira, cujos valores até 30 de setembro de 2018 somam o montante de R\$ 2.674.

14.1 Passivos contingentes – Perda possível

Natureza	Consolidado
	Perda Possível
Trabalhista	4.688
Tributária	20.211
Cível	122.910
	147.809

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: A principal ação, cuja contingência no valor de R\$ 101.000, tem como objeto o ressarcimento ao fundo de compensações por danos ambientais, em face do derramamento de óleo combustível, óleos lubrificantes e carga a bordo do Navio NT Vicuña, que explodiu em 15.11.2004 no Porto de Paranaguá/PR. O referido processo está sobrestado, aguardando decisão definitiva do processo repetitivo em trâmite no STJ (RESP nº 1.596081/PR e 1.602106/PR), acerca da uniformização do tema, o qual já teve decisão favorável à GPC Química e outros réus, sob argumento da inexistência de nexos causal capaz de vincular o resultado do evento danoso ao comportamento das empresas réus.

Depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	30/09/2018	31/12/2017	Adições	Transferencia	Reversões	30/09/2018
Trabalhistas e Previdenciários	160	-	(9)	151	2.059	656		(19)	2.696
Pis	818	60	-	878	9.383	110		(1)	9.492
Cofins	3.823	280	-	4.103	43.750	589	4	(5)	44.338
Outros	-	-	-	-	6.195	117	(4)	(315)	5.993
	4.801	340	(9)	5.132	61.387	1.472	-	(340)	62.519

15. Impostos e taxas a recolher

15.1 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Impostos parcelados				
INSS	167	227	167	227
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	167	227	167	227
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	32.143	34.525
REFIS (c)	-	-	23.020	24.489
REFIS IV (b)	767	1.125	62.015	65.239
REFIS da COPA (d)	1.102	1.070	39.695	46.286
REFIS da PRT (f)	-	-	78.604	87.164
REFIS da PERT (g)	107	114	33.836	34.268
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)	-	-	19.101	12.738
Outros	-	-	3.142	2.032
(-) Comp.Prej Fiscal/Base Negativa	(711)	(711)	(104.292)	(105.621)
	1.433	1.825	187.431	201.347
Circulante	486	576	34.022	49.849
Não Circulante	947	1.249	153.409	151.498

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em março de 2018 montam R\$29.327 e 2.816, respectivamente.
- (b) Adesão ao programa de Parcelamento REFIS IV, feito pela Companhia e suas Controladas, GPC Química e Apolo Tubos.

Composição do parcelamento REFIS IV por empresa do Grupo e respectiva movimentação

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Saldo em 31/12/2015	1.168	67.669	6.184	75.020
(+) Atualização selic ano 2016	152	8.601	412	9.165
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	(63)	(4.150)	(323)	(4.536)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.075	-	1.098
Saldo em 31/12/2016	1.280	73.195	6.273	80.747
(+) Atualização selic ano 2017	103	6.340	288	6.731
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(39)	(5.487)	(178)	(5.704)
(-) Transferencia Refis PRT	(219)	(6.062)	(5.423)	(11.704)
(-) Transferencia Refis PERT	-	(4.436)	(396)	(4.832)
Saldo em 31/12/2017	1.125	63.550	564	65.239
(+) Atualização selic ano 2018	37	1.724	178	1.939
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(28)	(2.938)	(66)	(3.032)
(+) Debitos que retornaram do PRT	-	1.750	-	1.750
(+) Debitos que retornaram do PERT	-	282	-	282
(+) Debitos não parcelados anteriormente	-	-	490	490
(-) Expectativa de uso de Prej. Fiscal e Base Neg.	(367)	(4.285)	-	(4.652)
Saldo em 30/09/2018	767	60.083	1.165	62.015

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Segue composição do saldo em 30 de setembro de 2018:

	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Saldo em 31/12/2015	7.310	20.732	28.042
(+) Atualização selic de Jan/16 a Dez/16	1.054	1.617	2.671
(-) Pagamento das parcelas de Jan/16 a Dez/16	-	(2.474)	(2.474)
Saldo em 31/12/2016	8.364	19.875	28.239
(+) Atualização selic de Jan/17 a Dez/17	627	1.094	1.721
(-) Reversão selic conf Extrato RFB	(834)	-	(834)
(-) Pagamento das parcelas de Jan/17 a Dez/17	-	(2.652)	(2.652)
(-) Transferencia para Pert	(1.985)	-	(1.985)
Saldo em 31/12/2017	6.172	18.317	24.489
(+) Atualização selic de Jan/18 a Set/18	142	454	596
(-) Pagamento das parcelas de Jan/18 a Set/18	-	(2.065)	(2.065)
Saldo em 30/09/2018	6.314	16.706	23.020

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas. Segue composição do saldo em 30 de setembro de 2018:

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Saldo em 31/12/2015	871	61.309	9.598	71.778
(+) Atualização selic ano 2016	114	8.159	1.198	9.471
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	-	(3.847)	(776)	(4.623)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	-	(229)	(229)
(+) Principal + Multa ref consolidação	-	-	668	668
(-) Pagamento antecipação	-	(8.364)	-	(8.364)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	-	(716)	-	(716)
Saldo em 31/12/2016	985	56.541	10.459	67.985
(+) Atualização selic ano 2017	85	4.552	256	4.893
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	-	(2.715)	(211)	(2.926)
(-) Transferencia Refis PRT	-	(13.162)	(10.504)	(23.666)
Saldo em 31/12/2017	1.070	45.216	-	46.286
(+) Atualização selic ano 2018	33	1.507	-	1.540
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(2.009)	-	(2.009)
(-) Expectativa de uso de Prej. Fiscal e Base Neg.	-	(6.122)	-	(6.122)
Saldo em 30/09/2018	1.103	38.592	-	39.695

- (e) A controlada GPC Química transferiu parte de suas plantas de Resinas e Formol de Gravataí para Araucária, aumentando sua produtividade no estado do Paraná e com isto conseguiu um incentivo fiscal postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.
- (f) A Companhia e suas controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT instituído pela MP 766/17, foram incluídos a dívida com tributos federais vencidos até 30/11/2016. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da Lei 12.865 e 12.996 foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos 24% em dinheiro divididos em 24 parcelas e o restante dos 76% com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os valores oriundos da PGFN foram parcelados em 120 meses. A seguir, tabela com a composição do saldo em 30 de setembro de 2018:

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
(+) Adesão a Refis PRT via Refis Copa	219	13.162	10.504	23.885
(+) Adesão a Refis PRT via IV	-	6.062	5.423	11.485
(+) Adesão a Refis PRT	-	62.717	37.657	100.374
(+) Atualização selic ano 2017	23	1.198	620	1.841
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(14)	(4.961)	(2.610)	(7.585)
(-) Transferencia Refis PERT	(228)	(24.860)	(17.748)	(42.836)
Saldo em 31/12/2017	-	53.318	33.846	87.164
(+) Atualização selic ano 2018	-	333	242	575
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(5.493)	(2.735)	(8.229)
(+) Debitos que retornaram ao Refis IV	-	(1.750)	-	(1.750)
(+) Inclusão débitos PRT II	-	-	843	843
Saldo em 30/09/2018	-	46.408	32.195	78.604

- (g) As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da MP 766/17 referente ao PRT foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos em 5 parcelas a vista de no mínimo 20% do valor da dívida consolidada sem reduções e o saldo com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da PGFN serão pagos em 5 parcelas á vista no mínimo 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% de juros e 40% das

multas além de 25% dos encargos legais. Aguardando consolidação perante a Receita Federal. Segue o saldo em 30 de setembro de 2018:

	GPC Part S.A	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
(+) Adesão a Refis PERT via Refis PRT	228	24.860	17.748	42.836
(+) Adesão a Refis PERT via Refis 11.941/2009	-	1.985	-	1.985
(+) Adesão ao Refis PERT via Refis IV	-	4.436	-	4.436
(+) Adesão ao Refis PERT	16	-	-	16
(+) Atualização selic ano 2017	1	515	10	526
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	-	(1.943)	(1.344)	(3.287)
(+ / -) Desconto Multa/Juros adesão PERT	(131)	(11.335)	(778)	(12.244)
Saldo em 31/12/2017	114	18.518	15.636	34.268
(+) Atualização selic ano 2018	4	1.370	120	1.494
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(11)	(724)	(299)	(1.034)
(-) Valores transferidos para o Refis IV	-	(282)	-	(282)
(+) Ajuste ref correção na adesão da modalidade	-	-	(610)	(610)
Saldo em 30/09/2018	107	18.882	14.847	33.836

15.2 Impostos correntes

Abaixo posição dos impostos correntes da controladora e suas controladas, com posição em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
COFINS	-	-	1.529	547
INSS	28	20	1.099	3.139
IPI	-	-	2.145	1.472
PIS	-	-	331	119
IRPJ/CSLL	-	-	6.549	1.939
ICMS	-	-	758	440
IRRF	88	120	1.243	816
OUTROS	-	1	988	603
	116	141	14.642	9.075

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
<u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social	24.651	25.025
Imposto de renda	68.490	69.530
Total (1)	93.141	94.555
<u>2 - Impostos diferidos ativos</u>		
Contribuição social	(2.059)	(2.820)
Imposto de renda	(5.775)	(7.923)
Total (2)	(7.834)	(10.743)
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	85.307	83.812
Impostos diferidos líquidos	85.307	83.812

16.1 Imposto de renda diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais a compensar	65.539	62.319
Outras Provisões	(206)	(647)
Parcela não constituída	(42.416)	(30.075)
Base de cálculo	22.917	31.597
Alíquota	25%	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	5.729	7.899
Base negativa de contribuição social	65.188	58.760
Outras Provisões	617	(647)
Parcela não constituída	(42.416)	(26.516)
Base de cálculo	23.389	31.597
Alíquota	9%	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	2.105	2.844
Total dos créditos tributários (1) + (2)	7.834	10.743

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. A Controladora e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa sua utilização nos programas de parcelamento de tributos federais, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional.

Em 30 de setembro de 2018 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2015	42.456	41.957
Após 2015	23.083	23.231
	65.539	65.188

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2018.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	30/09/2018	31/12/2017
2018	1.310	2.059
2019	2.175	2.121
2020	2.175	4.686
Após 2020	2.174	1.877
	7.834	10.743

16.2 Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

Consolidado		
	30/09/2018	31/12/2017
<u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social		
Atualização dos ativos	24.685	25.082
Variação cambial pelo regime de caixa	(34)	(57)
	24.651	25.025
Imposto de renda		
Atualização dos ativos	68.565	69.667
Variação cambial pelo regime de caixa	(75)	(137)
	68.490	69.530
Total	93.141	94.555

Consolidado		
	30/09/2018	31/12/2017
<u>Impostos diferidos ativos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social		
Atualização dos ativos	1.480	2.303
Variação cambial pelo regime de caixa	579	517
	2.059	2.820
Imposto de renda		
Atualização dos ativos	4.167	6.485
Variação cambial pelo regime de caixa	1.608	1.438
	5.775	7.923
Total	7.834	10.743
Total líquido	85.307	83.812

16.3 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

No Acumulado	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(2.475)	(1.528)
Diferida	-	-	(469)	(345)
	-	-	(2.944)	(1.873)
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(6.915)	(4.226)
Diferido	-	-	(1.157)	(959)
	-	-	(8.072)	(5.185)
No Trimestre	Controladora		Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(208)	(1.005)
Diferida	-	-	88	(315)
	-	-	(120)	(1.320)
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(750)	(2.785)
Diferido	-	-	389	(877)
	-	-	(361)	(3.662)

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social no trimestre e no acumulado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição	1.231	(5.220)	13.560	(8.470)
Imposto calculado com base em alíquota legal	419	(1.775)	4.610	(2.880)
Equivalência patrimonial	(3.418)	11	(730)	(2.071)
Diferenças temporárias para qual nenhum crédito fiscal diferido foi reconhecido	2.999	1.764	7.136	12.009
Encargo Fiscal	-	-	11.016	7.058
Despesa (receita) com IR e CS corrente	-	-	9.390	5.754
Despesa (receita) com IR e CS diferido	-	-	1.626	1.304
	-	-	11.016	7.058

17. Transações com partes relacionadas

17.1 Controladora

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

	Controladora							
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	33.850	33.850	-	-	-	-
GPC Química S/A (b)	4.999	3.086	-	-	2.128	20.645	(382)	(970)
Apolo Tubos e Equipos. S/A (c)	-	-	21.994	25.165	-	-	-	-
GPC Química S/A (c)	-	-	4.172	23.169	-	-	-	-
Total	4.999	3.086	60.016	82.184	2.128	20.645	(382)	(970)

- (a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação que corrigidos até 30 de setembro de 2018 somam a importância de R\$ 33.850, conforme plano de recuperação judicial o valor não está sendo atualizado.
- (b) O ativo circulante refere-se ao valor dividendos a receber provisionado em Dez/17 e registrado em abr/18 após aprovação da assembléia. Em dez/17 refere-se ao JSCP que foi declarado, e no passivo não circulante, refere-se ao saldo de mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano, em dezembro de 2017 o valor do mútuo foi compensado com os créditos tributários cedidos pela Controladora no valor de R\$ 14.860. Em fevereiro de 2018 o valor de R\$ 18.997 foi compensado com parte do saldo do mútuo a receber relacionado com a conversão da dívida da GPC Química na Recuperação Judicial paga com a converção de ações da Companhia.
- (c) Refere-se a dívida relacionada na Recuperação Judicial que foi paga com a conversão em ações da GPC Participações. Em fevereiro de 2018 o valor de R\$ 18.997 foi amortizado utilizando-se o saldo do crédito que a GPC Química detinha contra a Companhia.

17.2 Consolidado

	Consolidado									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Promega Com. Part. S/A (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (d)	-	-	2.204	2.198	-	-	-	-	7	65
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	-	-	523	342	5.605	5.760	(147)	(10)
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	3.342	3.342	18.240	18.240	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	365	401	-	(4)
	3.342	3.342	31.834	31.828	523	342	5.970	6.161	(140)	51
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(3.342)	(3.342)	(18.240)	(18.240)	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	2.204	2.198	523	342	5.970	6.161	(140)	51

- (a) Refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores referem-se ao mútuo a receber pela GPC Química S.A. R\$ 3.342 ; e ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S.A. na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240. Foi reconhecido provisão para perdas na totalidade do valor , considerando a não expectativa de realização do mesmo.
- (c) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.
- (d) O valor refere-se ao saldo em 30 de setembro de 2018 do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 139 e com a Apolo Tubos na ordem de R\$ 2.065 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% a.a. contra R\$ 134 e R\$ 2.064, em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 30 de setembro de 2018 totalizava R\$ 23.044, sendo que deste valor R\$ 22.484 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 41.265, dos quais R\$ 1.108 estão considerados na Recuperação Judicial.

18. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 2018 é de R\$ 1.400, conforme definida em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Neste período os pagamentos destinados a administração somaram um valor de R\$ 948 em 30 de setembro de 2018 contra o valor de R\$ 780 no mesmo período de 2017, já o conselho fiscal recebeu a quantia de R\$ 50 em 30 de setembro de 2018 contra o valor de R\$ 75 no mesmo período de 2017. Em relação ao 3º trimestre de 2018 os pagamentos a administração foram de R\$ 393 contra R\$ 271 no mesmo trimestre de 2017, já conselho fiscal recebeu a mesma quantia de R\$25 em ambos os trimestres.

No acumulado

Honorários	Controladora	
	30/09/2018	30/09/2017
Diretoria	497	509
Conselho Administração	451	271
Subtotal (Administração)	948	780
Conselho Fiscal	75	75
Total Honorários	1.023	855

No Trimestre

Honorários	Controladora	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Diretoria	146	177
Conselho Administração	247	94
Subtotal (Administração)	393	271
Conselho Fiscal	25	25
Total Honorários	418	296

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Para cumprimento do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado em outubro de 2016 a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária em que foram aprovados por unanimidade a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$ 55.432 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 144,06 por ação. Deste valor, R\$ 13.748 contabilizado com capital social e R\$41.684 foi destinado a reserva de capital.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detêm contra a Companhia, a GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

Em 30 de setembro de 2018 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 223.948 (R\$ 2123.948 em 31 de dezembro de 2017), e está representado por 6.267.569 ações, sendo 5.882.782 ações ordinárias e 384.787 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

19.2 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o período findo em 30 de setembro de 2018.

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial o valor correspondente a adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

19.4 Resultado por ação no período

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 :

No Trimestre

Apuração do resultado básico por ação	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	4.562	6.022
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	5.882.782	5.882.782
Resultado básico por ação	0,7755	1,0237

No acumulado

Apuração do resultado básico por ação	30/09/2018	30/09/2017
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	1.231	(5.220)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	5.882.782	5.882.782
Resultado básico por ação	0,2093	(0,8873)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, não existem diferenças entre o cálculo do Lucro (prejuízo) por ação básica e diluída.

20. Receita líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 30 de setembro de 2018 e 2017:

No acumulado	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	326.014	274.245
Receita de vendas de compensados	72.147	50.484
Outras receita de vendas de diversos produtos	27.110	19.124
	425.271	343.853
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	266.920	107.250
Receita bruta de vendas	692.191	451.103
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(9.075)	(8.520)
ICMS sobre vendas	(62.480)	(41.072)
PIS e COFINS sobre vendas	(55.559)	(36.629)
IPI sobre vendas	(24.532)	(19.184)
Receita operacional líquida	540.545	345.698

No Trimestre	Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	117.731	98.373
Receita de vendas de compensados	29.272	20.493
Outras Receitas de vendas de diversos produtos	9.298	5.789
	156.301	124.655
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	86.033	37.751
Receita bruta de vendas	242.334	162.406
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(2.521)	(3.333)
ICMS sobre vendas	(22.345)	(14.557)
PIS e COFINS sobre vendas	(18.734)	(13.143)
IPI sobre vendas	(8.847)	(6.830)
Receita operacional líquida	189.887	124.543

21. Despesas por natureza

No acumulado

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
CPV	-	-	(439.602)	(293.253)
Custos Variáveis	-	-	(360.543)	(245.166)
Custos Fixos	-	-	(68.977)	(40.110)
Depreciação e Amortização	-	-	(10.082)	(7.977)
Despesas com vendas	-	-	(38.450)	(23.046)
Pessoal	-	-	(6.502)	(3.998)
Frete	-	-	(23.390)	(13.150)
Comissões	-	-	(3.389)	(2.290)
Outras	-	-	(5.169)	(3.608)
Despesas Gerais e Adm	(2.031)	(2.459)	(36.730)	(24.426)
Pessoal	(472)	(348)	(13.029)	(8.971)
Honorários	(1.023)	(855)	(7.549)	(4.552)
Depreciações	(27)	(31)	(918)	(623)
Outras	(509)	(1.225)	(15.234)	(10.280)
Remuneração de capital de terceiros	(7.180)	(2.731)	(26.299)	(25.973)
Outras receitas e despesas	389	1	11.949	6.438
Total	(8.822)	(5.189)	(529.132)	(360.260)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Custo dos produtos vendidos	-	-	(439.602)	(293.253)
Despesas com vendas	-	-	(38.450)	(23.046)
Despesas gerais e administrativas	(2.031)	(2.459)	(36.730)	(24.426)
Resultado financeiro líquido	(7.180)	(2.731)	(26.299)	(25.973)
Outras receitas e despesas operacionais	389	1	11.949	6.438
	(8.822)	(5.189)	(529.132)	(360.260)

No Trimestre

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017	3º Tri 2018	3º Tri 2017
CPV	-	-	(160.203)	(103.951)
Custos Variáveis	-	-	(134.219)	(87.711)
Custos Fixos	-	-	(22.475)	(13.448)
Depreciação e Amortização	-	-	(3.509)	(2.792)
Despesas com vendas	-	-	(14.204)	(8.616)
Pessoal	-	-	(2.214)	(1.452)
Frete	-	-	(9.122)	(5.101)
Comissões	-	-	(1.109)	(837)
Outras	-	-	(1.759)	(1.226)
Despesas Gerais e Adm	(677)	(833)	(11.481)	(8.350)
Pessoal	(130)	(207)	(4.187)	(2.959)
Honorários	(418)	(296)	(2.594)	(2.065)
Depreciação e amortização	(9)	(9)	(337)	(217)
Outras	(120)	(321)	(4.363)	(3.109)
Remuneração de capital de terceiros	(1.800)	295	(8.412)	(5.558)
Outras receitas e despesas	535	-	6.461	8.780
Total	(1.942)	(538)	(187.839)	(117.695)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Custo dos produtos vendidos	-	-	(160.203)	(103.951)
Despesas com vendas	-	-	(14.204)	(8.616)
Despesas gerais e administrativas	(677)	(833)	(11.481)	(8.350)
Resultado financeiro líquido	(1.800)	295	(8.412)	(5.558)
Outras receitas e despesas operacionais	535	-	6.461	8.780
	(1.942)	(538)	(187.839)	(117.695)

22. Resultado financeiro

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Despesas financeiras				
Juros	(1.323)	(3.367)	(13.865)	(16.048)
Variações monetárias passivas	(86)	(175)	(9.127)	(17.817)
Variações cambiais passivas	(5.796)	-	(7.337)	(1.318)
Outros	(67)	(181)	(1.300)	(1.578)
Total despesa financeira:	(7.272)	(3.723)	(31.629)	(36.761)
Receitas financeiras				
Juros	-	-	1.429	744
Variações monetárias ativas	91	168	1.158	5.788
Variações cambiais ativas	-	824	2.147	1.636
Outros	1	-	596	2.620
Total Receita financeira:	92	992	5.330	10.788
Resultado financeiro líquido	(7.180)	(2.731)	(26.299)	(25.973)

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Despesas financeiras				
Juros	(572)	(920)	(5.039)	(4.313)
Variações monetárias passivas	(16)	(49)	(2.562)	(4.707)
Variações cambiais passivas	(1.219)	424	(2.011)	11
Outros	(22)	(68)	(408)	(317)
	(1.829)	(613)	(10.020)	(9.326)
Receitas financeiras				
Juros	-	-	180	314
Variações monetárias ativas	29	84	(188)	5.271
Variações cambiais ativas	-	824	1.263	(1.895)
Outros	-	-	354	78
	29	908	1.608	3.768
Resultado financeiro líquido	(1.800)	295	(8.412)	(5.558)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

No Acumulado	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Credito presumido de ICMS (c)	6.214	5.529
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	(168)	63
Despesas indedutíveis	(24)	(1.490)
Recuperação de despesas	176	-
Parcelamento ordinário RFB	(152)	(582)
Recup de IPI não creditados	-	285
ICMS Decreto 45.782/2016	9.520	8.091
Despesa com ociosidade (a)	(980)	(1.390)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(111)	(179)
Multa sobre impostos (b)	(125)	(1)
Reversão/Provisão para Contingências	(149)	-
Ganho/Perda Refis IV (e)	(673)	-
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(768)	(660)
Multas Fiscais	(11)	(1.757)
Devolução taxa de aforamento 2013 a 2015 (f)	-	719
Programa PRT	127	(7.293)
Programa PERT (d)	647	5.429
Baixa projeto Investimento	(2.994)	-
Indenizações de terceiros	2.934	-
Devolução precatório	-	772
Outras Líquidas	(1.516)	(1.098)
	11.948	6.438

No Acumulado	Consolidado	
	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Credito presumido de ICMS (c)	2.261	1.790
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	(110)	19
Despesas indedutíveis	-	(399)
Parcelamento ordinário RFB	-	(582)
ICMS Decreto 45.782/2016	3.230	2.788
Despesa com ociosidade (a)	(387)	(397)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	5	198
Multa sobre impostos (b)	(0)	(1)
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(256)	(239)
Multas Fiscais	-	(397)
Programa PERT (d)	-	5.429
Devolução precatório	-	772
Indenizações de terceiros	1.375	-
Outras Líquidas	342	(202)
	6.461	8.780

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S.A. que se encontra desativada. (Nota explicativa nº 10)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso da Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (Nota explicativa nº 15)

- (c) Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Valor refere-se a controlada Apolo Tubos referente a débitos incluídos no PERT da RFB referente ao parcelamento de impostos. (Nota explicativa nº 15).
- (e) Valores incluídos no Refis IV, referente a controlada Apolo Tubos referente a débitos não incluídos anteriormente e que foram alocados no momento da consolidação.

24. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 2018 foi de R\$ 76 , valor este semelhante ao do mesmo período de 2017. Não há passivos futuros a apropriar.

25. LAJIDA/ EBITDA

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

No acumulado**Consolidado**

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	2.544	(15.528)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11.016	7.058
(+) Despesas financeiras	31.629	36.761
(-) Receitas financeiras	(5.330)	(10.788)
(+) Depreciações e amortizações	11.000	8.600
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	50.859	26.103
(-) Equivalência patrimonial	(2.147)	(6.092)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Multa sobre impostos	136	1.758
(+) Programas de parcelamentos (PRT / PERT)	(127)	1.864
(-) Inclusão débitos Refis IV	(122)	-
(+) Baixa Contas Patrimoniais	-	1.027
(-) Ganho Foro	-	(719)
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado	-	(257)
(+) Parcelamentos Ordin. RFB	137	582
(+) Parcelamentos PGERJ		105
(-) Ganho Precatório		(772)
(+) Ganho 15% Benefício economico - Plano RJ	798	-
(+) Líquido ajuste Guaxupe e Parcelamentos	901	-
(+) Processo Judicial	680	-
(+) Baixa Projeto Investimento	2.994	-
(+) Outros ajustes	467	75
LAJIDA (EBITDA) ajustado	54.576	23.673
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	10,10%	6,85%

No Trimestre**Consolidado**

	3º Tri 2018	3º Tri 2017
Lucro (prejuízo) do trimestre antes das participações minoritárias	4.435	4.341
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	481	4.982
(+) Despesas financeiras	10.020	9.326
(-) Receitas financeiras	(1.608)	(3.768)
(+) Depreciações e amortizações	3.847	3.009
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	17.175	17.890
(-) Equivalência patrimonial	(2.868)	(2.475)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Multa sobre impostos	1	399
(+) Baixa Contas Patrimoniais	-	3
(+) Programa PERT	-	(5.429)
(+) Parcelamentos Ordin. RFB	-	582
(+) Parcelamentos PGERJ	-	105
(-) Ganho Precatório	-	(773)
LAJIDA (EBITDA) ajustado	14.308	10.302
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	7,54%	8,27%

26. Informações por segmento

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota explicativa nº 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

No acumulado	30/09/2018					31/12/2017				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	330.666	209.879	-	-	540.545	363.112	120.762	-	-	483.875
Lucro Bruto	56.006	44.937	-	-	100.943	69.474	5.032	-	-	74.506
Depreciação e Amortização	(7.388)	(3.586)	(27)	-	(11.000)	(9.233)	(2.622)	(41)	-	(11.895)
Lucro antes do resultado Financeiro	13.315	7.738	1.231	(8.725)	13.559	32.865	45.073	65.584	(69.124)	74.398
Resultado Financeiro	(7.126)	(11.993)	(7.180)	-	(26.299)	(10.084)	(21.301)	(5.132)	3.937	(32.579)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	13.315	7.738	1.231	(8.725)	13.559	32.865	45.073	65.584	(69.124)	74.398
IR e CS	(4.381)	(6.634)	-	-	(11.015)	1.672	22.813	15.571	-	40.057
Participações	-	-	-	(1.313)	(1.313)	-	-	-	(33.299)	(33.299)
JSCP	-	-	-	-	-	3.937	-	-	(3.937)	0
Lucro líquido do exercício	8.934	1.104	1.231	(10.038)	1.231	38.474	67.886	81.155	(106.360)	81.156
Ativo Circulante	98.554	129.295	608	-	228.457	78.295	104.658	5.750	(3.086)	185.617
Ativo não Circulante	491.554	174.859	231.144	(285.495)	612.062	521.918	176.401	239.010	(313.253)	624.076
Passivo Circulante	98.905	77.647	1.087	-	177.639	86.172	55.881	4.721	(3.086)	143.687
Passivo não Circulante	491.203	226.507	230.665	(285.495)	662.880	514.040	225.179	240.039	(313.253)	666.006

No acumulado	3º Tri 2018					3º Tri 2017				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	122.071	67.815	-	-	189.886	96.819	27.724	-	-	124.543
Lucro Bruto	18.484	11.199	-	-	29.683	20.177	416	-	-	20.592
Depreciação e Amortização	(2.608)	(1.230)	(9)	-	(3.847)	(2.423)	(577)	(11)	-	(3.010)
Lucro antes do resultado Financeiro	6.605	(1.539)	4.561	(4.712)	4.915	14.837	(5.928)	6.022	(5.608)	9.323
Resultado Financeiro	(2.470)	(4.143)	(1.800)	-	(8.412)	(837)	(5.016)	295	-	(5.558)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	6.605	(1.539)	4.561	(4.712)	4.915	14.837	(5.928)	6.022	(5.608)	9.323
IR e CS	(418)	(62)	-	-	(481)	(4.982)	-	-	-	(4.982)
Participações	-	-	-	127	127	-	-	-	1.681	1.681
Prejuízo (Lucro) Líquido	6.187	(1.602)	4.561	(4.584)	4.562	9.854	(5.928)	6.022	(3.925)	6.022
Ativo Circulante	13.308	7.507	(1.885)	-	18.930	(207.159)	3.395	(4.570)	4.655	(203.679)
Ativo não Circulante	3.690	2.514	7.271	(14.365)	(890)	210.102	(16.199)	12.538	(9.405)	197.036
Passivo Circulante	17.838	13.781	(4.639)	-	26.980	3.450	(6.594)	(180)	4.655	1.331
Passivo não Circulante	(840)	(3.760)	10.025	(14.365)	(8.940)	(507)	(6.210)	8.148	(9.405)	(7.974)

27. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura		Prêmio Cobertura	
		30/09/2018		31/12/2017	
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	185	205.307	152	138.338
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	449	212.000	412	129.000
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	64	1.669	31	893
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	57	6.000	38	3.000
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	513	20.000	427	20.000
		1.267	444.976	1.060	291.231

28. Gestão de risco financeiro

28.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

28.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

28.2(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 38.836, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

28.2(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).

28.2(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado						
30/09/2018						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	27.329	741	1.142	1.713	12.756	43.681
Empréstimos e financiamentos	49.327	14.418	54.590	14.042	33.291	165.668
Total	76.656	15.159	55.732	15.755	46.047	209.349

28.3 Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta

moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$3,8235 por US\$1,00 como a mais provável para 30 de setembro de 2018. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$4,0119 por US\$1,00 para 30 de setembro de 2018.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 30 de setembro de 2018	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
IFC	8.130	32.552	31.085	32.617
	8.130	32.552	31.085	32.617
Efeito no resultado			1.467	(65)
Taxas utilizadas		4,0039	3,8235	4,0119

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
Posição 30/09/2018	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
83.875	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	83.875	104.844	125.813	
27.046	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	27.046	33.808	40.569	

28.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	63.867	59.536	165.668	131.801
Impostos Parcelados	1.433	1.825	187.431	201.347
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	111	22.280	19.057
Dívida Líquida	62.431	57.600	(44.043)	(88.603)
Patrimônio Líquido	157.294	155.967	184.808	182.770
Índice de Alavancagem Financeira	0,39691	0,36931	(0,23832)	(0,48478)

28.5 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

28.6 Instrumentos financeiros

28.6(a) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Controladora						
Ativos Financeiros	30/09/2018			31/12/2017		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	3	-	3	111	-	111
SalDOS a receber de partes relacionadas	65.015	-	65.015	82.184	-	82.184
	65.018	-	65.018	82.295	-	82.295

Consolidado						
Ativos Financeiros	30/09/2018			31/12/2017		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	22.280	-	22.280	19.057	-	19.057
Contas a receber	70.215	-	70.215	53.705	-	53.705
Bens e Direitos creditórios (Nota 7)	55.132	-	55.132	72.615	-	72.615
SalDOS a receber de partes relacionadas	2.204	-	2.204	2.198	-	2.198
	149.831	-	149.831	147.575	-	147.575

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores	111	103	43.681	35.314
Empréstimos e Financiamentos	63.867	59.536	165.668	131.801
Outras contas a pagar e parte relacionadas	2.235	20.645	25.539	24.270
	66.213	80.284	234.888	191.385

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

28.6(b) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.